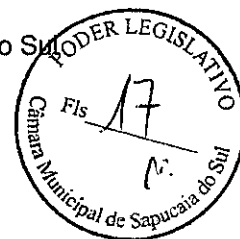




CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006851

Requerente: Vereadora Raquel Moraes (do posto)

Súmula: Projeto de Lei: que "dispõe sobre a implantação de placas informativas de itinerários nos pontos de ônibus do transporte coletivo urbano, no Município de Sapucaia do Sul"
[SIC]

RELATÓRIO

Versa o expediente sobre proposição legislativa de autoria de vereadora com assento nesta Casa Legislativa, que "dispõe sobre a implantação de placas informativas de itinerários nos pontos de ônibus do transporte coletivo urbano, no Município de Sapucaia do Sul e dá outras providências". Vem o feito instruído com mensagem justificativa (fl.02), projeto de lei (fls. 04-05), e precedente jurisprudencial que trata sobre caso análogo (fls. 07-15).

PARECER

O acórdão carreado às fls. 07-15 dos autos bem esclarece quaisquer pontos que poderiam eventualmente ser controvertidos sobre a matéria em questão. Para evitar tautologia desnecessária, destacaremos alguns pontos que poderão ser objeto de debate:

No que se refere à iniciativa legislativa:

"(...) não se divisa, prima facie, alguma intromissão indevida na prestação de serviço público permitido ou concedido, já que o comando legal destina-se a dever de informação quanto às permissionárias/concessionárias" (fl.09).

Quanto aos destinatários das obrigações criadas pelo projeto:

"(...) verifica-se que o preceito está direcionado às empresas operadoras (...)" (fl. 12).



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Sobre o que se entende por iniciativa privativa do Chefe do Executivo:

"(...) ainda que tenha leito em Projeto Parlamentar, não desbordou dos parâmetros constitucionais, posto que não invadiu a iniciativa legislativa privativa do Prefeito Municipal, conquanto não versa sobre organização e funcionamento da Administração Pública (...)" (fl. 12).

Ao quanto se objetiva por intermédio do presente projeto de lei, entendemos por adequada a orientação que se extrai do acórdão de fls. 07-15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto de lei à sua tramitação regimental. À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente ao setor de Processo Legislativo para as diligências de costume.

Sapucaia do Sul, 10 de maio de 2018

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257